

## **CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SOAJO**

---

**Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2024**

14. AGRICULTURA.....	24
15. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS.....	24
16. OUTRAS DIVULGAÇÕES .....	24
16.1 - Diferimentos .....	25
16.2 - Fundos patrimoniais .....	25
16.3 - Subsídios, doações e legados à exploração .....	25
16.4 - Fornecimentos e serviços externos .....	25
16.5 - Outros rendimentos.....	26
16.6 - Outros gastos .....	26
16.7 - Resultados Financeiros.....	27

**ÍNDICE**

BALANÇO .....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS .....	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES .....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS .....	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	9
ANEXO .....	10
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE .....	10
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	10
3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS .....	11
3.1 - Bases de apresentação .....	11
3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	12
3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas do período corrente e em períodos futuros .....	18
3.4 - Correção de erros de períodos anteriores, com indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período .....	18
3.5 - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL (divulgação transitória) .....	18
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS .....	18
5. ATIVOS INTANGÍVEIS .....	20
6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS .....	20
7. INVENTÁRIOS .....	20
8. RENDIMENTOS E GASTOS .....	20
9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES .....	21
10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADE PÚBLICAS .....	21
11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	21
11.1 - Investimentos financeiros .....	21
11.2 - Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	22
11.3 – Créditos a receber .....	22
11.4 - Outros ativos correntes .....	22
11.5 - Caixa e depósitos bancários .....	22
11.6 - Fornecedores .....	23
11.7 - Estado e outros entes públicos .....	23
11.8 – Outras dívidas a pagar não correntes .....	23
11.9 - Outros passivos correntes .....	23
12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS .....	24
13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO .....	24

**BALANÇO**

Centro Social Paroquial de Soajo

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

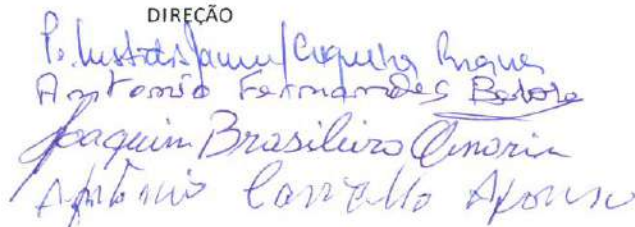
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2024	31-12-2023
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	208 607,57	217 340,09
Bens do património histórico e cultural		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros	11	1 828,95	1 828,95
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Outros créditos e ativos não correntes		-	-
Subtotal		210 436,52	219 169,04
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	7	119,52	243,88
Créditos a receber	11	283,89	520,55
Estado e outros entes públicos	10	2 926,78	1 785,72
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Diferimentos	16	378,93	901,75
Outros ativos correntes	11	-	-
Caixa e depósitos bancários	11	107 467,78	130 058,09
Subtotal		111 176,90	133 509,99
<b>Total do ativo</b>		<b>321 613,42</b>	<b>352 679,03</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	16	11 495,31	11 495,31
Excedentes técnicos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados	16	155 838,54	168 163,88
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	16	155 196,76	162 571,38
Resultado líquido do período		(27 339,30)	(12 325,34)
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>295 191,31</b>	<b>329 905,23</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		-	-
Provisões específicas		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras dívidas a pagar		-	-
Subtotal		-	-
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11	8 528,57	2 920,53
Estado e outros entes públicos	11	2 294,09	2 320,01
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Diferimentos	16	0,01	0,01
Outros passivos correntes	11	15 599,44	17 533,22
Subtotal		26 422,11	22 773,77
<b>Total do passivo</b>		<b>26 422,11</b>	<b>22 773,77</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>321 613,42</b>	<b>352 679,00</b>

Soajo, 26 de Março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
C.C. 52079


DIREÇÃO





## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Centro Social Paroquial de Soajo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	8	45 027,98	49 038,52
Subsídios, doações e legados à exploração	10/16	103 900,12	106 601,05
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(1 376,48)	(907,16)
Fornecimentos e serviços externos	16	(61 420,04)	(62 866,65)
Gastos com o pessoal	12	(115 959,44)	(106 630,30)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos	16	11 221,08	11 171,72
Outros gastos	16	-	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(18 606,78)</b>	<b>(3 592,82)</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(8 732,52)	(8 732,52)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(27 339,30)</b>	<b>(12 325,34)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	16	-	-
Juros e gastos similares suportados	16	-	-
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(27 339,30)</b>	<b>(12 325,34)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(27 339,30)</b>	<b>(12 325,34)</b>

Soajo, 26 de Março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO

C.C. 52079

*Filipe Gulvão Fernandes*

DIREÇÃO

*António Fernandes Barros*  
*Jaquim Brasileiro Amorim*  
*António Carreira Afonso*

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Centro Social Paroquial de Soajo  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024							Unidade Monetária: Euro s	
RENDIMENTOS E GASTOS		Notas	SAD	.....	.....	PERÍODOS		
						2024	2023	
Vendas e serviços prestados		8	45 027,98			45 027,98	49 038,52	
Custo das vendas e dos serviços prestados		7	-1 376,48			(1 376,48)	(907,16)	
Resultado bruto			43 651,50			43 651,50	48 131,36	
Outros rendimentos		10/16	115 121,20			115 121,20	117 772,77	
Gastos de distribuição						-		
Gastos administrativos		4	-8 732,52			(8 732,52)	(8 732,52)	
Gastos de investigação e desenvolvimento						-		
Outros gastos		12/16	-177 379,48			(177 379,48)	(169 496,95)	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			-27 339,30			(27 339,30)	(12 325,34)	
Gastos de financiamento (líquidos)		16	0,00			-	-	
Resultados antes de impostos			-27 339,30			(27 339,30)	(12 325,34)	
Imposto sobre o rendimento do período			-			-	-	
Resultado líquido do período			-27 339,30			(27 339,30)	(12 325,34)	

Soajo, 26 de Março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Filipe Salvador Fernandes

A DIREÇÃO

Plácido, Manuel, Lequele, Inácio  
António Fernandes Pereira  
João, Manuel, Brasileiro, António  
António, Manuel, Lequele, Inácio

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

Centro Social Paroquial de Soajo

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2023

DESCRIÇÃO	Notas	Unidade Monetária: Euros							Interesses minoritários	Total dos Fundos	
		Unidade Monetária: Euros									
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
1	16	11 495,31			151 787,94			169 946,00	16 375,94	349 605,19	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023											
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											

Soajo, 26 de Março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
C.C. 52079

Filipe Galvão Fernandes

A DIREÇÃO

Roberto David Leal da Silva  
António Fernandes Barros  
João Paulo Brasileiro Amorim  
Artur da Silva Amorim



Centro Social Paroquial de Soajo

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2024

Unidade Monetária: Euros												
DESCRIÇÃO		Notas	Puidos aos Instituidores da entidade-mãe						Interesses minoritários	Total dos Fundos		
			Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização			Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período
6	16	11 495,31	-	-	-	168 163,88	-	-	162 571,38	(12 325,34)	329 905,23	
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
	Alterações de políticas contabilísticas											
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
	Realização de excedentes de revalorização											
	Excedentes de revalorização											
	Ajustamentos por impostos diferidos											
	Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
	7	16	-	-	-	(12 325,34)	-	-	(7 374,62)	12 325,34	(7 374,62)	
8	16	-	-	-	(12 325,34)	-	-	(7 374,62)	12 325,34	(7 374,62)		
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
	RESULTADO INTEGRAL											
9=7+8	OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
	Fundos											
	Subsídios, doações e legados											
	Distribuições											
10	Outras operações											
	16	11 495,31	-	-	-	155 838,54	-	-	155 196,76	(27 339,30)	295 191,31	
6+7+8+10		16										295 191,31
POSICÃO NO FIM DO ANO 2024												-

Soajo, 26 de Março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
C.C. 52079

A DIREÇÃO

Filipe Gustavo Fernandes

F. Gustavo Fernandes  
Doutor em Ciências da Contabilidade  
Bacharel em Contabilidade  
António da Rocha Afonso



## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Centro Social Paroquial de Soajo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

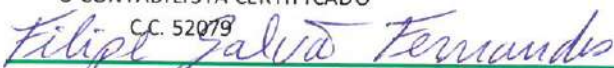
Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes e utentes	8/11	45 264,64	48 558,15
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores	11	(57 970,79)	(64 502,72)
Pagamentos ao pessoal	12	(84 825,12)	(72 264,86)
Caixa gerada pelas operações		(97 531,27)	(88 209,43)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3 619,25)	(4 167,75)
Outros recebimentos/pagamentos	11/16	78 560,21	85 872,03
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(22 590,31)	(6 505,15)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-	(656,99)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	(202,60)
Outros ativos		-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-	(862,59)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Redução de fundos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	-
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		(22 590,31)	(7 367,74)
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	11	130 058,09	137 425,83
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	11	107 467,78	130 058,09

Soajo, 26 de Março de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO

C.C. 52079

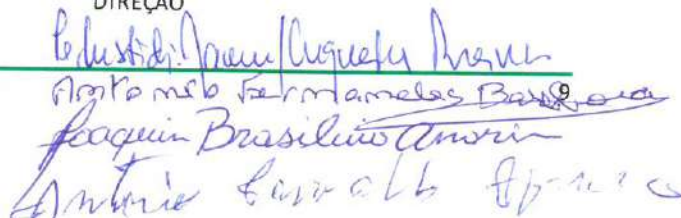


Designação da Entidade: Centro Social Paroquial de Soajo

Morada: Eiró - Soajo | 4970 - 660 Soajo AVV

NIF: 502 510 471 | NISS: 20007526116

DIREÇÃO





## ANEXO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Centro Social Paroquial de Soajo é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de instituição particular de solidariedade social, com sede no largo do Eiró, freguesia de Soajo, concelho de Arcos de Valdevez. A instituição tem como atividades, a prestação de serviços de Apoio Domiciliário, essencialmente, às populações do concelho de Arcos de Valdevez, de forma a prosseguir os seguintes objetivos:

- Garantir às pessoas mais idosas condições para se manterem, com segurança e conforto, nas suas casas, através da rede de serviços básicos – alimentação, higiene pessoal, higiene da habitação e tratamento da roupa;
- Apostar no regresso às redes solidárias de vizinhança, que humanizam as nossas comunidades;
- Estimular novas respostas, não só aos mais idosos, mas também a famílias com dependentes a cargo ou mesmo a situações não permanentes como por exemplo a doença ou situações de rotura familiar, à semelhança daquilo que é a nossa intervenção junto da comunidade.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2024 as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No referido decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 24 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

#### 2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Não foram derogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.



### **2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas**

No decurso do exercício em análise procedeu-se ao registo da informação em conformidade com a norma contabilística de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho, isto é, as demonstrações financeiras de 2024 foram apresentadas de acordo com a norma supra referida.

## **3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

### **3.1 - Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF), a saber:

#### **3.1.1 – Pressuposto de continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as entidades do setor não lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

#### **3.1.2 - Regime do acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas de devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

#### **3.1.3 - Consistência de apresentação**

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

#### **3.1.4 - Materialidade e agregação**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada



Barbosa  
Afonso

nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5 - Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 - Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 - Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	6 e 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	3 e 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 e 10 anos

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que estas encontram-se refletidas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais.

### 3.2.2 - Bens do património histórico e cultural

Os bens do património histórico e cultural encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta variações nos fundos patrimoniais.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.3 - Ativos intangíveis

Os Ativos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja



provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	3 anos
Programas de Computador	-
Propriedade Industrial	3 anos
...	
Outros Ativos intangíveis	3 anos

O valor residual de um ativo intangível com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

#### 3.2.4 - Investimentos financeiros

Sempre que a entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os investimentos financeiros são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.



### 3.2.5 - Inventários

Os Inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.6 – Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos instrumentos financeiros com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - ⇒ Alterações no risco segurado;
  - ⇒ Alterações na taxa de câmbio;
  - ⇒ Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - ⇒ Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - ✓ Alterações no preço do bem locado;
    - ✓ Alterações na taxa de câmbio;
    - ✓ Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

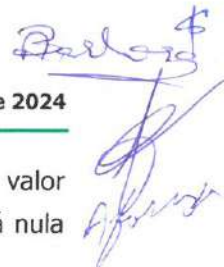
#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a receber

Os clientes/utentes e as outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido



(total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os ativos e passivos financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

#### Caixa e depósito bancários

A rubrica caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em fornecedores e outras contas a pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.7 - Fundos patrimoniais**

A rubrica fundos patrimoniais constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os fundos patrimoniais são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.8 - Provisões**

Periodicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a entidade reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.



Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.9 - Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos do período, constando na demonstração dos resultados na rubrica juros e gastos similares suportados.

#### Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis que se encontram na entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1 das políticas de reconhecimento e mensuração.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do regime do acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de fornecimentos e serviços externos.

### 3.2.10 - Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:



*"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2020 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### **3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas do período corrente e em períodos futuros**

Não existem quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas do período corrente quer dos períodos futuros.

### **3.4 - Correção de erros de períodos anteriores, com indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período**

Não existem quaisquer erros materialmente relevantes de períodos anteriores, com impacto nas demonstrações financeiras do período.

### **3.5 - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL (divulgação transitória)**

A adoção dos princípios e das políticas contabilísticas de acordo a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) não teve quaisquer efeitos na posição e no desempenho financeiro, quer nos capitais próprios, quer nos resultados do relato.

## **4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

### **Bens do domínio público**

A entidade não usufrui de ativos fixos tangíveis do domínio público.

### Bens do património histórico, artístico e cultural

A entidade não detém bens do património histórico, artístico e cultural.

### Outros ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

#### Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2023

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	427 345,77	-	-	-	-	427 345,77
Equipamento básico	47 269,46	659,99	-	-	-	47 929,45
Equipamento de transporte	43 522,51	-	-	-	-	43 522,51
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	28 313,34	-	-	-	-	28 313,34
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>546 451,08</b>	<b>659,99</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>547 111,07</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	202 347,13	8 546,77	-	-	-	210 893,90
Equipamento básico	47 565,11	165,00	-	-	-	47 730,11
Equipamento de transporte	43 522,51	-	-	-	-	43 522,51
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	27 603,71	20,75	-	-	-	27 624,46
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>321 038,46</b>	<b>8 732,52</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>329 770,98</b>

31 de Dezembro de 2024

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	427 345,77	-	-	-	-	427 345,77
Equipamento básico	47 929,45	-	-	-	-	47 929,45
Equipamento de transporte	43 522,51	-	-	-	-	43 522,51
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	28 313,34	-	-	-	-	28 313,34
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>547 111,07</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>547 111,07</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	210 893,90	8 546,77	-	-	-	219 440,67
Equipamento básico	47 730,11	165,00	-	-	-	47 895,11
Equipamento de transporte	43 522,51	-	-	-	-	43 522,51
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	27 624,46	20,75	-	-	-	27 645,21
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>329 770,98</b>	<b>8 732,52</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>338 503,50</b>



Barcelos  
A. J. J. J.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Bens do domínio público

A entidade não usufrui de ativos fixos intangíveis do domínio público.

Outros ativos intangíveis

No que concerne aos outros ativos intangíveis não existem movimentos ocorridos, nos períodos de 2024 e 2023.

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A entidade não teve quaisquer encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, nos períodos de 2024 e 2023.

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica inventários apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2023	Compras	Redassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2023	Compras	Redassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	103,98	1 047,06	-	243,88	1 252,12	-	119,52
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	103,98	1 047,06	-	243,88	1 252,12	-	119,52

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	907,16	1 376,48
Variações nos inventários da produção	-	-

De referir que os valores da rubrica matérias-primas, subsidiárias e de consumo se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 119.52€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€;
- Matérias de Consumo: 0,00€.

8. RENDIMENTOS E GASTOS

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	45 027,98	49 038,52
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-
Mensalidades e participações dos utentes	45 027,98	48 246,66
Serviços Secundários - Refeições	-	791,86
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	45 027,98	49 038,52



**9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES****Provisões**

Nos períodos de 2024 e 2023, não ocorreram movimentos na rubrica de provisões.

**Passivos contingentes**

A entidade não tem evidências de passivos contingentes.

**Ativos contingentes**

A entidade não tem evidências de ativos contingentes.

**10. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADE PÚBLICAS**

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de subsídios e outros apoios das entidades públicas:

Descrição	2024	2023
<b>Subsídios do Governo</b>	-	-
Subsídio do IEPF	-	-
Subsídio do IEPF	-	-
...	-	-
...	-	-
<b>Apoios do Governo</b>	<b>103 900,12</b>	<b>105 101,05</b>
Comparticipação ISS - SAD	91 174,12	92 467,60
Protocolo com o Município de AVV	12 726,00	12 633,45
Designação do Apoio C	-	-
...	-	-
<b>Total</b>	<b>103 900,12</b>	<b>105 101,05</b>

**11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS****11.1 - Investimentos financeiros**

A rubrica de investimentos financeiros tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
<b>Investimentos em associadas</b>	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
<b>Outros Investimentos Financeiros</b>	<b>1 828,95</b>	<b>1 828,95</b>
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	1 828,95	1 828,95
Fundo de Compensação do Trabalho - FCT	1 642,28	1 642,28
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário - FRSS	186,67	186,67
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>1 828,95</b>	<b>1 828,95</b>

**11.2 - Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros**

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a entidade não apresentava saldos na rubrica referida em epígrafe.

**11.3 – Créditos a receber**

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica créditos a receber possui os seguintes movimentos a desagregar.

Descrição	2024	2023
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>283,89</b>	<b>520,55</b>
Clientes	-	-
Utentes	283,89	520,55
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Clientes e Utentes factoring</b>	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
<b>Total</b>	<b>283,89</b>	<b>520,55</b>

**11.4 - Outros ativos correntes**

A rubrica de outros ativos correntes tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros devedores (IEFP)	-	-
Outros devedores (CMPTB)	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**11.5 - Caixa e depósitos bancários**

A rubrica de caixa e depósitos bancários, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	648,76	522,69
Depósitos à ordem	1 819,02	9 535,40
Depósitos a prazo	105 000,00	120 000,00
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>107 467,78</b>	<b>130 058,09</b>



**11.6 - Fornecedores**

O saldo da rubrica de fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	8 528,57	2 920,53
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>8 528,57</b>	<b>2 920,53</b>

**11.7 - Estado e outros entes públicos**

A rubrica de estado e outros entes públicos está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 926,78	1 785,72
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>2 926,78</b>	<b>1 785,72</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	266,00	526,25
Segurança Social	2 028,09	1 793,75
Outros Impostos e Taxas	-	0,04
<b>Total</b>	<b>2 294,09</b>	<b>2 320,04</b>

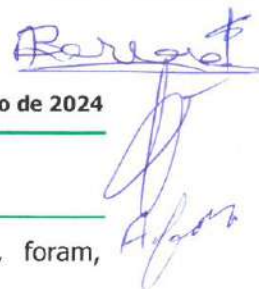
**11.8 – Outras dívidas a pagar não correntes**

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica de outras dívidas a pagar não correntes não possuem movimentos a desagregar.

**11.9 - Outros passivos correntes**

A rubrica de outros passivos correntes desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
<b>Pessoal</b>	-	-
Remunerações a pagar	-	-
Cauções	-	-
Outras operações	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	-	-
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	<b>15 599,44</b>	<b>17 533,22</b>
<b>Outros credores</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>15 599,44</b>	<b>17 533,22</b>



## 12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2024 e 2023, foram, respetivamente cinco, os quais não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da entidade em dezembro, de 2024 e 2023, foi oito em 2023 e sete em 2024.

Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários, estão devidamente descriminados no quadro seguinte, a saber:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	107 002,73	97 920,06
Indemnizações	1 612,47	-
Encargos sobre as Remunerações	22 782,67	20 880,01
Seguros de AT e Doenças Prof.	1 770,58	1 179,99
Outros Gastos com o Pessoal	-	1 045,54
<b>Total</b>	<b>133 168,45</b>	<b>121 025,60</b>

## 13. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos materiais, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação evidenciada nas contas.

## 14. AGRICULTURA

No que concerne à atividade agrícola, nomeadamente, os ativos biológicos, os produtos agrícolas e os subsídios relacionados com ativos biológicos, não existem movimentos ocorridos, nos períodos de 2023 e 2024.

## 15. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A entidade não apresenta dívidas ao estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a segurança social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 16. OUTRAS DIVULGAÇÕES

Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados



*Barros*  
*Apus*

**16.1 - Diferimentos**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de diferimentos continha os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	378,93	901,75
<b>Total</b>	<b>378,93</b>	<b>901,75</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Subsídio IEFP	-	-
...	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**16.2 - Fundos patrimoniais**

Nos fundos patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2024
Fundos	11 495,31	-	-	11 495,31
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	168 163,88	-	(12 325,34)	155 838,54
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	162 571,38	-	(7 374,62)	155 196,76
<b>Total</b>	<b>342 230,57</b>	<b>-</b>	<b>(19 699,96)</b>	<b>322 530,61</b>

**16.3 - Subsídios, doações e legados à exploração**

A entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	-	1 500,00
Heranças	-	-
Legados	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1 500,00</b>

**16.4 - Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:



Descrição	2024	2023
Subcontratos	36 685,46	34 432,78
Serviços especializados	6 418,47	8 998,71
Materiais	1 107,53	3 155,70
Energia e fluidos	12 055,20	10 376,13
Deslocações, estadas e transportes	-	-
Serviços diversos (*)	5 153,38	5 903,33
Limpeza , Higiene e Conforto	1 276,31	1 726,50
Seguros	2 466,10	2 166,30
Comunicações	1 410,97	1 666,13
<b>Total</b>	<b>61 420,04</b>	<b>62 866,65</b>

(\*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

### 16.5 - Outros rendimentos

A rubrica de outros rendimentos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	11 221,08	11 171,72
<b>Total</b>	<b>11 221,08</b>	<b>11 171,72</b>

### 16.6 - Outros gastos

A rubrica de outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	-	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



**16.7 - Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
<b>Total</b>	-	-
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	-	-
<b>Resultados financeiros</b>	-	-

Soajo, 26 de Março de 2025

O Contabilista Certificado

*Filipe Galvão Fernandes*

205166415

52079

A Direção

*Helena Maria Antunes Branco*

*António Fernandes Barbosa*

*João Guilherme Amorim*

*António Carvalho Afonso*

CENTRO SOCIAL  
PAROQUIAL DE SOAJO  
NIF: 502 510 471  
Tel: 258 576 020  
Largo do Eiró - Soajo  
4970-660 Arcos de Valdevez